



2013

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PORTUGAL



EREC

EUROPEAN RENEWABLE ENERGY COUNCIL



KEEP ON TRACK!

O progresso no sentido de atingir os objectivos para 2020 deve ser cuidadosamente monitorizado para garantir que o real desenvolvimento acompanha a trajectória prevista na Directiva das Renováveis. Com o objectivo de promover este acompanhamento e com base na experiência do Projecto REPAP2020, também patrocinado pelo programa *Intelligent Energy Europe*, o Keep on Track! fornece recomendações legais, de mercado e de políticas públicas aos Estados-Membros da UE para que estes se mantenham alinhados com os objectivos definidos para 2020.

Esta actuação é possível através da consolidação e ampliação de uma plataforma de diálogo e debate entre os diferentes intervenientes no mercado, tais como associações de energias renováveis, membros dos parlamentos nacionais e europeu e comunidade científica. O projecto garante um acompanhamento próximo do mercado do cumprimento da trajectória para cada um dos 27 Estados-Membros da UE e para a Croácia, face ao seu acesso à UE.

Caso um Estado-Membro esteja atrasado em relação a sua trajectória e não conseguir ultrapassar as barreiras identificadas para o desenvolvimento do sector das renováveis, o Keep on Track! irá fornecer avisos antecipadamente e sugerir soluções para compensar qualquer atraso encontrado.

PARTNERS

A European Renewable Energy Council (EREC) é o coordenador deste Projecto. Os parceiros no projecto são:



Visite a página do projecto para saber mais: WWW.KEEPONTRACK.EU



PORTUGAL



PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO SECTOR DAS FER

O enquadramento das Renováveis em Portugal alterou-se substancialmente desde 2010 devido à alterações dos ciclos políticos e económicos. O *Memorandum of Understanding* assinado com a *troika* em Maio de 2011 impôs medidas rigorosas para o sector da energia, em particular a redução dos custos com as renováveis. O novo Governo, eleito em Junho de 2011, iniciou negociações com os promotores eólicos que resultaram num acordo de adesão voluntária atingido em Agosto de 2012, vertido em legislação em Fevereiro de 2013 (DL 35/2013). No entanto, as negociações não foram favoráveis às pequenas centrais hídricas tendo a nova legislação introduzido alterações prejudiciais. Uma moratória para todos os projectos de produção de electricidade de origem renovável está em vigor desde

Fevereiro de 2012, seguida da publicação de nova legislação sobre as bases do sector eléctrico (DL 215-A/2012 e DL 215-B/2012), mas relativamente às quais ainda se aguarda publicação de legislação complementar. Uma revisão em baixa do PNAER esteve em consulta pública até Junho de 2012. A versão final, apesar de já aprovada em Conselho de Ministros, ainda não foi publicada.

Os mecanismos de apoio existentes para a electricidade de origem renovável consistem em tarifas *feed-in*, específicas para cada tecnologia de PRE, ou seja, todas as renováveis excluindo a grande hídrica. A micro e mini geração (potência instalada até 250 kW) gozam de esquemas específicos. As tarifas vigoram por um

período pré-definido depois do qual a produção será remunerada a preços de mercado mais o valor dos certificados verdes praticado na altura.

O sector do A&A renovável é apoiado indirectamente através do regime da micro geração, já que os micro produtores são obrigados a instalar um mínimo de 2 m² de painéis solares térmicos, ou uma caldeira a biomassa com a produção térmica renovável equivalente, para ter direito ao regime bonificado. Além disso, em Novembro de 2012, o Fundo de Eficiência Energética abriu candidaturas que prevêem o financiamento de 50% dos custos de instalações solares térmicas a nível

residencial, com um limite de €1.500 e um orçamento global de €1.000.000.

A utilização de energia renovável nos transportes é apoiada por uma quota mínima obrigatória de 6.75% (v/v) de biocombustíveis no gasóleo rodoviário até ao final de 2014. De forma a manter a produção doméstica de biocombustíveis a um custo aceitável para os consumidores finais, o Governo definiu um preço máximo dos biocombustíveis vendidos pelos produtores aos incorporadores no gasóleo rodoviário. Os incentivos à mobilidade eléctrica foram todos retirados em 2012.

RECOMENDAÇÕES DA INDÚSTRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS



ELECTRICIDADE

Apoio do governo para acesso a financiamento.

Acelerar a implementação do balcão único.

Remover as barreiras ao desenvolvimento de projectos de energias renováveis em áreas ardidas, assegurando que estes não são incompatíveis.

Agilizar os procedimentos de licenciamento ambiental, alterando a composição das Comissões de Avaliação Ambiental.

Conduzir um estudo independente, liderado pela tutela mas com consulta a todos os *stakeholders*, para fornecer informação perceptível ao público em geral sobre os custos reais de todas as tecnologias de produção de electricidade, contabilizando os respectivos subsídios e benefícios directos e indirectos.

Rever as actuais tarifas feed-in, em colaboração com todos os *stakeholders*, tendo em consideração as curvas de maturidade e a disponibilidade dos recursos das diversas tecnologias/fontes de energia renovável.

Facilitar o processo de instalação de sobreequipamento, evitando que sejam necessárias alterações aos contratos de financiamento existentes.

Remover as barreiras fiscais aos parques eólicos tais como elevados períodos de amortização dos equipamentos e cobrança de IMI.

Legislar um regime de expropriação especial, com base na utilidade pública, para a construção de linhas aéreas que ligam os projectos de renováveis à rede pública.

Realizar estudos de avaliação de recursos e cruza-los com as restrições dos instrumentos de gestão do território para identificar previamente os melhores locais para o desenvolvimento de projectos renováveis para cada tecnologia.

Remover as barreiras fiscais para os micro geradores de forma a garantir que estes não perdem os seus direitos sociais, permitindo a emissão de um acto isolado para a declaração dos proveitos.

Implementação de um programa para aumentar a produção sustentável de biomassa.



AQUECIMENTO E ARREFECIMENTO

Reformular a campanha de comunicação "Água Quente Solar", passando a cobrir todas as tecnologias de A&A renováveis e fornecendo informação sobre benefícios, custos e apoios disponíveis. Coordena-la com as principais associações de energias renováveis.

Rever em alta as metas para A&A renovável, garantindo que pelo menos a sua quota é mantida. Em 2009 esta correspondia a 37.86%, que já diminuiu para 34.45% em 2010 e, de acordo com o relatório de progresso, a meta para 2020 será de apenas 30.6%.

Recuperar os benefícios fiscais para os equipamentos de A&A renováveis e reduzir o IVA desses equipamentos, voltando à taxa intermédia de 13%.

Incluir equipamentos a biomassa elegíveis aos financiamentos do Fundo de Eficiência Energética.

Promover estudos para analisar a viabilidade de implementar projectos de aquecimento urbano com recurso a renováveis, seguindo o exemplo da [ClimaEspaço](#).

Legislar a certificação obrigatória de instaladores e equipamentos.

Organizar programas de formação a nível nacional para stakeholders não relacionados directamente com o sector energético, sobre as tecnologias de A&A renováveis;

Implementar um esquema de controlo de qualidade obrigatório, por exemplo através da certificação, para

todos os produtos de biomassa no mercado não industrial, como as *pellets*.

Implementar incentivos para promoção do mercado nacional de equipamentos a biomassa.

Disponibilizar financiamento para estudo do potencial dos recursos geotérmicos.



TRANSPORTES

Aumentar a quota de produção de biocombustíveis.

Fornecer incentivos ao investimento em tecnologias e matérias-primas inovadoras.

Diferenciar, aplicando diferentes impostos ou isenções, biocombustíveis sustentáveis, com base na sua pegada de carbono.

Avaliar o potencial de incorporação de bio-substitutos de gasolina sem incentivos dedicados, deixando o mercado funcionar evitando a cópia das estratégias implementadas noutros países sem uma análise custo-benefício a nível nacional.

Recuperar os incentivos financeiros e fiscais à mobilidade eléctrica, assim como estabelecer obrigatoriedade de utilizar veículos eléctricos na frota do Governo e transportes públicos;
Recuperar a rede Mobi.E, tanto em termos de investimento como de comunicação.

Promover os equipamentos dos veículos eléctricos a a normalização dos sistemas.



RECOLHA DE ESTATÍSTICAS

Promover a coordenação entre diferentes fontes de informação estatística (vários departamentos da DGEG, REN e promotores).

Clarificar os factores de conversão de potência aparente em Mega Volts Amperes (MVA) em potência activa em MW, ou disponibilizar ambos os valores.

Recolher anualmente estatísticas de consumo de biomassa para o sector de A&A uma vez que actualmente estes dados apenas são aferidos a cada 10 anos ao mesmo tempo que o census.



Detalhes de Contacto:

Lara Ferreira

APREN - Associação Portuguesa de Energias Renováveis

www.apren.pt

lara.ferreira@apren.pt

+ 35 1 213 151 621



Co-funded by the Intelligent Energy Europe Programme of the European Union

The sole responsibility for the content of this publication lies with the authors. It does not necessarily reflect the opinion of the European Union. Neither the EACI nor the European Commission are responsible for any use that may be made of the information contained therein.